

# **A DEMOCRACIA COMO UNIDADE ARTICULADORA DAS DIMENSÕES POLÍTICA E ECONÔMICA: HISTORICIDADE, CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES**

*Roberto Francisco de Carvalho – UFT*

Doracy Dias Aguiar de Carvalho – UFT

Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação – FE/UFG  
Comunicação

Eixo: Estado e Políticas Educacionais

Este trabalho discute a democracia considerando sua historicidade. Busca compreender as concepções de democracia atuais como antíteses da democracia grega e as suas implicações para os governos e instituições sociais. Realizou-se um estudo bibliográfico visando explicitar as noções de democracia liberal, deliberativa e substantiva. O estudo revelou que as práticas democráticas atuais são influenciadas pela concepção liberal representativa. No Brasil evidencia-se a confluência da democracia liberal representativa com a democracia deliberativa. Assim, a gestão das políticas sociais tem sido conduzida na perspectiva da inclusão das minorias. Os portadores dos direitos políticos e civis convivem com os constrangimentos das desigualdades sociais de classe, distanciando-se da democracia substantiva articuladora das esferas econômica e política, das liberdades políticas e civis e da igualdade social.

Palavras-chave - Democracia, Participação, Gestão da Educação

## **INTRODUÇÃO**

No presente texto busca-se apreender os significados de democracia representativa/ poliárquica, deliberativa e substantiva; e explicitar os fundamentos orientadores da democracia brasileira e conseqüentemente do processo de gestão das políticas sociais públicas como as políticas educacionais.

## **A DEMOCRACIA LIBERAL REPRESENTATIVA/ POLIÁRQUICA E DELIBERATIVA**

A falta de condições para a implantação de um governo democrático, na compreensão de Dahl (2000), requer que seja diferenciado, mas não dicotomizado, o ideal de democracia da sua experiência real. Na *democracia poliárquica*, articula-se o ideal de democracia, que é explicitado em termos de objetivos da democracia, com o real, explicado a partir de experiências de governos democráticos reais, expressos em instituições políticas e condições materiais e não-materiais necessárias ao desenvolvimento da democracia.

O governo poliárquico é o governo de muitos<sup>1</sup>, distingue-se do governo de um, da monarquia, e do governo de poucos, aristocracia ou oligarquia. Opõe-se ao predomínio de um só grupo no poder e os cidadãos participam das instâncias decisórias

---

<sup>1</sup> A democracia poliárquica significa o governo de múltiplas minorias. O máximo do poder popular é expresso na representação mediante o processo de voto, pois a maioria dos cidadãos é apática e de pouca participação política. Assim, o controle popular ocorre por meio do voto na escolha dos líderes políticos e a igualdade política reduz, praticamente, ao sufrágio universal, quando cada homem é igualado a um voto.

via representantes eleitos por **sufrajio universal** amplo, baseado na igualdade formal.

A poliarquia é o que de real ocorre na sociedade capitalista na relação existente entre o ideal a ser seguido e a prática democrática. Nesse sentido, destacam-se a busca de saídas para os dilemas sobre a democracia em grande escala, particularmente quanto à inclusão de todos os cidadãos na participação efetiva do governo dos Estados nacionais, pois, quanto maior a unidade política mais difícil é a participação no processo de decisão.

No século XX a democracia de natureza poliárquica, paradoxalmente, floresceu e vivenciou momentos de fracassos e retrocessos quando declinaram, em muitos países, as formas de governo não democráticas como a monarquia, aristocracia e oligarquia, sendo, em muitos casos, substituídas por formas antidemocráticas como o fascismo, o nazismo, dentre outros. Segundo Dahl (2000, p. 169), há “países que realizaram a transição para a democracia, consolidaram as suas instituições democráticas e as mantiveram durante muitas décadas; países em que a transição foi seguida pelo colapso; e países que nunca fizeram a transição”.

Dahl apresenta cinco condições que favoreceram as instituições democráticas, sendo três essenciais: controle dos militares e da polícia por dirigentes eleitos; convicções democráticas e cultura política; e inexistência de controle estrangeiro forte hostil à democracia. As outras duas condições são: uma economia de mercado e uma sociedade moderna; e pluralismo subcultural fraco. A inexistência de uma dessas condições dificulta, senão a implantação, com certeza, a manutenção da democracia.

Das condições favoráveis à democracia, destacam-se aquelas ligadas à cultura política democrática e à economia de mercado. Reconhecendo a importância da dimensão cultural no processo de produção e reprodução da vida em sociedade, não é difícil aceitar que um governo na perspectiva democrática estável é melhor se, em geral, a população pensar e agir embasada nos ideais e valores democráticos, isto é, se estiver cimentado na sociedade uma cultura política democrática. Um país com uma cultura política baseada na crença e em práticas confirmadoras da igualdade política terá mais facilidade para proteger os seus cidadãos de investidas externas e de governos autoritários apoiados por forças militares.

Na lógica da poliarquia, a cultura democrática é associada à economia de mercado. Uma condição altamente favorável às instituições democráticas é uma economia de mercado em que “as empresas na área da economia são, principalmente, de propriedade privada e não do Estado, isto é, uma economia de Estado capitalista em vez de socialista ou de pendor estatal” (DAHL, 2000, p.181). Há, nessa concepção, uma clara negativa da possibilidade de compatibilização da democracia com o socialismo, mas, paradoxalmente, o reconhecimento de que a íntima associação da democracia com o capitalismo de mercado gera, inevitavelmente, desigualdades econômicas e políticas. Entretanto, o autor sugere que a relação entre democracia e capitalismo de mercado pode ser, progressivamente, aperfeiçoada.

Dahl aponta cinco conclusões, sendo duas favoráveis e três desfavoráveis à poliarquia. O desdobramento das duas primeiras<sup>2</sup> explicita a crença do mercado como regulador social, particularmente, da sociedade política ou aparelhagem estatal. O mercado se apresenta como mediador das relações entre sociedade política e sociedade civil para garantir a liberdade dos indivíduos e empresas. O lucro econômico é o que motiva a ação das pessoas e empresas e não os objetivos políticos mais amplos. O

<sup>2</sup> Em primeiro lugar, “a democracia poliárquica vingou apenas em países com uma predominante economia capitalista de mercado”. Em segundo lugar “[...] certos aspectos básicos do capitalismo de mercado tornaram-se favoráveis às instituições democráticas. Inversamente, [...] uma economia que não seja [...] de mercado torna-se prejudicial às perspectivas democráticas” (DAHL, 2000, p. 189-190).

mercado é o motivador devido às suas ações ocorrerem de forma descentralizada e mais eficiente em relação à centralização na burocracia de um aparelho estatal.

Esta lógica conduziria, inevitavelmente, ao crescimento econômico o qual é favorável à democracia, pois: combate à pobreza reduzindo os conflitos políticos e sociais; oferece aos indivíduos, grupos e governos benefícios para suportar as fadigas do processo social encorajando o conjunto dos cidadãos instruídos e educados dentro das regras do mercado; cria uma camada média de proprietários imbuídos da busca pela educação, autonomia, liberdade pessoal, direito à propriedade etc., e à participação no governo; “ao descentralizar muitas decisões econômicas em indivíduos e empresas relativamente independentes, uma economia capitalista de mercado evita a necessidade de um governo central poderoso, autoritário, mesmo” (DAHL, 2000, p. 191).

Dahl (2000) chega a três conclusões<sup>3</sup> que sintetizam o paradoxo entre democracia e capitalismo de mercado. O capitalismo de mercado de fato não favorece a democracia no seu sentido mais substantivo e emancipador, pois o seu forte é favorecer aspectos sociais que contrastam com os ideais e práticas democráticas, ou seja, favorece o desenvolvimento individual, a expropriação de uns pelos outros e a desigualdade em todos os sentidos, inclusive a econômica.

Percebe-se que o mercado só é compatível com a democracia enquanto esta contribuir com o seu insaciável desenvolvimento e for favorável aos interesses pessoais e à liberdade econômica. Não há interesse do mercado na igualdade de condições para todos, pois este é indiferente à justiça social e à distribuição de renda. Ademais, as decisões políticas são fortemente afetadas pelas negociações entre as elites político-democráticas, por isso o mercado não pode ser liberalizado sem controle, pois, poderá tornar-se autoritário, totalitário e tirânico.

Numa perspectiva progressiva de continuidade e aperfeiçoamento da democracia representativa encontra-se a *democracia deliberativa* habermasiana focada na deliberação pública e no engajamento dos cidadãos além do voto. Esta se constitui num processo político-cultural de consenso, que articula a concepção liberal, efetivada na forma de compromissos entre interesses, e a concepção republicana na qual a formação democrática concretiza-se na perspectiva ética (HABERMAS, 1995).

Habermas discute a democracia deliberativa a partir da compreensão de esfera pública – geradora de poder legítimo por meio do intercâmbio discursivo – em confrontação com o sistema normativo e coercitivo. A esfera pública, que se situa no mundo da vida, âmbito da atuação da sociedade civil, capta a opinião pública convertida em poder comunicativo, por meio de procedimentos democráticos que orientam o poder administrativo para direções convergentes com os interesses públicos. O sistema tem o poder de povoar o mundo da vida para regulá-lo e controlá-lo retirando a possibilidade de liberdade, mas é possível se libertar do sistema e recuperar, no âmbito da sociedade civil, a dimensão da esfera pública por meio dos procedimentos democráticos deliberativos, caracterizados por ações voltadas para o entendimento.

É tarefa da esfera pública mediar os impulsos comunicativos originados no mundo da vida e as formas colegiadas – parlamento, associação, colegiados etc. – como procedimento articulador institucional do processo de formação da vontade política. As manifestações cotidianas, nesse sentido, podem extrapolar os limites dos mecanismos

---

<sup>3</sup> A democracia e o capitalismo de mercado estão fechados num conflito persistente em que cada um modifica e limita o outro (p. 197); dado que o capitalismo de mercado cria inevitavelmente desigualdades, limita o potencial democrático poliárquico ao gerar desigualdades na distribuição dos recursos políticos (p. 201); o capitalismo de mercado favorece muito o desenvolvimento da democracia até ao nível da democracia poliárquica. Mas, devido às suas conseqüências adversas à igualdade política, é desfavorável ao desenvolvimento da democracia para além do nível da poliarquia (p. 202).

que produzem legitimação formal sistêmica de interesse e, nas deliberações democráticas, influir nas decisões tomadas. Para tanto, é necessário que os procedimentos democráticos assegurem, nos espaços formais de decisão, os processos espontâneos de formação de opinião. Isto ocorre quando, no mundo da vida, os impulsos sociais são mobilizados pelas associações voluntárias ou movimentos de protesto da sociedade civil os quais diferem dos sindicatos, grupos de interesse etc.<sup>4</sup>

Para Audard (2006), a democracia deliberativa busca a transformação das preferências iniciais dos cidadãos e a tomada de boas decisões políticas. A transformação das preferências ocorre no debate público, no qual as idéias são expostas e explicitadas as contradições. Emergem daí as idéias substancialmente transformadas que melhor atendem aos interesses dos indivíduos e dos grupos, conforme os objetivos almejados. Não se trata de selecionar as melhores idéias ou propostas, mas de construir, por meio do debate, os propósitos políticos de interesse individual e público.

O debate público funciona como um processo educativo que transforma os indivíduos em cidadãos coletivos, mais justos e livres, voltados para o bem público, o que produz, indiretamente, valores democráticos emancipatórios e duráveis. A transformação da preferência dos próprios cidadãos pressupõe sua aproximação com o bem comum, o possibilita que os interesses pessoais sejam subsumidos por interesses de natureza pública, ampliando as chances de se tomar boas decisões políticas.

Está-se diante de uma possibilidade procedimental de democracia evidenciada na forma metodológica em detrimento de uma democracia substancial como finalidade e princípio orientador da vida humana. Para a consecução dos objetivos da democracia deliberativa são necessárias as seguintes condições: caráter público das trocas, igualdade de direito de comunicação, ausência de enganação e ausência de coação (AUDARD, 2006).

Os fundamentos da democracia deliberativa, pareceram, de um lado, ser uma proposta interessante e fundamentalmente engenhosa. Por outro lado, revela-se altamente idealizada, se considerarmos os inúmeros impedimentos de pôr em prática as condições necessárias para a sua efetivação, bem como parece padecer da ausência de uma concepção mais crítica da realidade social capitalista no que se refere aos princípios básicos da democracia: a liberdade e a igualdade.

A democracia representativa/ poliárquica e a democracia deliberativa parecem ser incompatíveis com a democracia no seu sentido substantivo ou emancipador. Pensar e praticar um governo democrático para além da democracia poliárquica e/ou deliberativa requer uma reflexão sobre a sociedade capitalista em geral que leve em conta a dimensão política organicamente vinculada com o conjunto do processo produtivo – entendido como as relações sociais de produção, de distribuição e de consumo – que se realiza por meio do trabalho numa sociedade de classe.

## **DEMOCRACIA SUBSTANTIVA: UNIDADE ARTICULADORA DO POLÍTICO E ECONÔMICO**

A discussão feita por Wood (2006) fornece elementos teóricos e práticos

---

<sup>4</sup> Para o modelo teórico-discursivo de Habermas os atores da sociedade civil têm um caráter diferenciado quanto: ao **conteúdo** – tematizado em situações-problemas emergentes na vida cotidiana de relevância para toda sociedade –; à **forma de comunicação** – sintetizada na transformação da esfera pública numa arena de argumentação discursiva e de convencimento do conjunto da sociedade sobre a justiça de seus propósitos. Nessa forma de comunicação busca-se o entendimento que pode levar à revisão de opiniões originalmente formuladas –; ao **tratamento da esfera pública** – expresso no empenho da sua reprodução e revitalização de forma a inovar as possibilidades comunicativas facilitadoras da inclusão das minorias –; e a **identificação** dos membros da sociedade civil é constituída, neste caso, no âmbito da ação coletiva (COSTA, 1995, p. 62-63).

essenciais para a confrontação de uma noção de democracia substantiva à democracia liberal representativa e poliárquica. Dessa confrontação, elucidam-se as contradições da democracia poliárquica, bem como esclarece os limites da democracia deliberativa habermasiana. A autora explicita com veemência, de um lado, a compatibilidade da democracia liberal com o capitalismo e com a lógica do mercado livre. Por outro lado, revela a incompatibilidade da democracia no seu sentido substantivo com a lógica capitalista a qual está fundamentada na separação entre as dimensões política e econômica, necessárias à sustentação da existência das igualdades políticas e civis com as desigualdades sociais e de classe.

Wood discute a democracia na sociedade capitalista utilizando como método a concepção materialista da história. Analisa, dialeticamente, a especificidade da sociedade capitalista, historicamente situada, sem perder de vista o vínculo orgânico que existe entre estrutura e superestrutura, entre política e economia. A autora parte da experiência grega, particularmente de Atenas, de onde apreende a compatibilidade entre a dimensão da liberdade – que inclui trabalhadores livres – com a igualdade de condições, expressa no exercício de governo pelo *demos* ou pelos pobres. Reconhece que a debilidade da democracia ateniense – exclusão de escravos, mulheres, crianças e estrangeiro – continuou como ponto forte da democracia capitalista moderna, mas que a dimensão da liberdade política, articulada à igualdade de condições, foi totalmente subvertida com a implantação da democracia liberal representativa.

O interesse de Wood pela experiência de democracia da *polis* deve-se à vida ativa dos seus cidadãos no espaço público, manifestada pela participação política comum de homens livres e iguais nos atos e nos discursos, o que amplia a esfera pública tornando-a livre de uma intervenção pré-política externa, causadora de violência econômica ou extra-econômica. É preciso que o trabalho seja desalienado e os meios de produção reapropriados pelos reais produtores de bens econômicos. É impossível a estruturação de uma esfera pública numa perspectiva democrática se os cidadãos que compõem essa esfera são classificados em proprietários e não-proprietários dos meios de produção, em compradores e vendedores de força de trabalho.

Esse entendimento de democracia formulado por Wood (2006) é frontalmente contraditório com a democracia liberal que tem como principal característica o Estado de direito democrático, o qual é sustentado ao lado do trabalho não-livre ou assalariado. Por isso, tendo em vista a recuperação do *status* de trabalho livre é que se faz necessário aprender com a *pólis* ateniense a lição moral e política da cidadania ativa, na qual não há espaço para a vivência – na esfera pública democrática – de servos e escravos ou dominados e explorados<sup>5</sup>. A democracia no seu sentido substantivo ocorrerá por meio da ampliação e universalização do trabalho livre, o que pressupõe ir além da democracia formal, que ampliou os direitos civis e políticos, mas que aprofundou a desigualdade socioeconômica, mantendo a submissão da classe trabalhadora à lógica mercadológica.

O âmago da democracia woodiana está em recuperar a noção de trabalho livre no processo produtivo e rearticular economia e política. Essa noção opõe-se à democracia representativa e similar a qual acaba constituindo-se como uma espécie de *filtro* que distancia o representante do representado, o que reduz a capacidade de atuação deste último, sobretudo, em razão de sua condição de alienação no trabalho na esfera produtiva separada da política. Assim, se o cidadão comum está distante do Estado, o método que emprega o sufrágio universal como legitimação eleitoral, mais enfraquece a dimensão política do que promove a emancipação.

---

<sup>5</sup> Servos e escravos pertenciam à sociedade ateniense em geral, mas não participavam da *pólis*, da qual somente os homens livres faziam parte, ou seja, nobres, intelectuais, mas também os trabalhadores camponeses.

Como os interesses entre os representantes e representados são, em grande medida, contraditórios termina por ocorrer um debilitamento da esfera pública em virtude da falta de controle, por parte dos cidadãos, da agenda e das políticas implantadas. Essa não-participação possibilita canalizar as decisões políticas para interesses privados ou controlados pela esfera produtiva de mercado, em detrimento dos interesses públicos comuns dos cidadãos. Assim, os representantes são guiados, muito mais, pelas regras do mercado, pautado pela soberania individual dos compradores da força de trabalho – que acaba por regular a vida social –, do que por interesses coletivos da população, capazes de contribuir com a ampliação democrática do espaço público, balizado no valor de troca entre iguais e não da exploração entre desiguais.

Embora o poder de apropriação do capitalista pareça estar separado da sociedade política, o Estado é a força, inclusive coercitiva, que garante as relações de produção. Ainda que o processo de expropriação ocorra no âmbito da produção, o conflito de classe se dá menos na relação capital-trabalho do que na relação trabalhador e esfera política no âmbito do Estado. Este aparece, sob a forma aparentemente neutra, como mediador dos conflitos sociais e trabalhistas quando, de fato, defende as regras do contrato de trabalho em consonância com as regras do mercado.

Nessa perspectiva, a politização e repolitização da esfera econômica são necessárias para a ampliação de um espaço público em que os cidadãos gozarão dos direitos cívicos sem o constrangimento das desigualdades sociais de classe. Portanto, a democracia substantiva só se efetivará após a superação dos problemas e das desigualdades geradas pela acumulação de capitais na sociedade atual. Desse modo, é possível afirmar que o sistema capitalista é incompatível com a democracia substantiva, pois, dificilmente proprietários e não-proprietários gozarão das mesmas liberdades e igualdades sociais, econômicas e políticas.

A postura crítica de Wood não significa determinismo ou imobilismo, visto que o fazer histórico é dinâmico. Entende-se que podem ocorrer rupturas sociais que apontem para outro projeto social e que a luta não pode centrar-se somente numa esfera da produção e reprodução social, mas deve articular, de forma unificada, uma luta de classe que abranja o campo político e econômico. Entretanto, é oportuno lembrar o que já alertou Marx (1997, p. 21) ao dizer que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Pensar a democracia de um país e de suas instituições sociais públicas, por exemplo, requer que se considere a sociedade e suas intrínsecas contradições. Assim, para ocorrer uma participação efetiva é preciso existir uma cultura democrática que inclua, além de procedimentos participativos, a democracia como fim social, que seja capaz de articular os direitos civis e políticos com as igualdades econômicas.

## **REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS ATUAIS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Para a compreensão de democracia na sociedade brasileira atual parece ser um bom começo explicitar alguns fundamentos teóricos presentes na condução das políticas sociais públicas, como a educação. Trata-se de buscar revelar a lógica da tendência macroeconômica neoliberal orientadora da direção política nos países em desenvolvimento, como o Brasil. Na visão neoliberal, o Estado interventor aprofunda a desigualdade e a injustiça social ao impedir o desenvolvimento eficiente do mercado, pois a liberdade econômica é condição básica para a existência das demais liberdades: política, social e individual.

Uma nova coloração do neoliberalismo apareceu no contexto mundial por meio da denominada Terceira Via. Nessa perspectiva, os *novos* social-democratas, sobretudo com base obra de Giddens (2005), *A Terceira Via*, autodenominaram-se social-liberais,

e deram um novo sentido ao conceito social-liberal clássico. Assim, há uma maior interferência do mercado na regulação econômica e a instituição de novas obrigações a serem assumidas pelos indivíduos e pela sociedade civil, suprimindo as obrigações sociais do Estado. O conceito social-liberal absorvido pelos *novos* social-democratas aproxima-se do *neoliberalismo de mercado* ao valorizar a autoregulação da economia, atribuir a função de gestor ao Estado e fortalecer a dimensão individual.

Para Giddens (2005), a sobrevivência dos social-democratas requer uma renovação na forma de pensar a política, situando-a entre o *Estado de bem-estar social* e o neoliberalismo econômico, entre a perspectiva socialista e a capitalista. O programa de governo da social-democracia deve considerar cinco dilemas básicos negligenciados pelos governos de direita e esquerda, quais sejam: a globalização, o novo individualismo, problemas ecológicos, esquerda e direita e ação política. Para o autor, estes dilemas são reais e necessitam ser enfrentados encontrando-se um meio-termo consensuado que fundamente a promoção de reformas políticas, econômicas e sociais.

Um governo que considere tais dilemas conseguirá por fim ao desinteresse da sociedade pela política partidária, porque a ação política englobará as questões sociais emergentes como a ecologia, a segurança, a raça, o sexo, dentre outros que vêm sendo assumidos por movimentos sociais, grupos de pressão unidirecionados, ONGs e outras associações. O foco das políticas deve ser deslocado das velhas demandas sociais como emprego, saúde, educação – dos interesses da classe trabalhadora – para as demandas ligadas ao terrorismo, à religião, à natureza, os quais estão acima das classes sociais.

Para Giddens, a política da Terceira Via deve abandonar o antigo coletivismo em busca de um novo relacionamento entre indivíduo e comunidade, via redefinição dos direitos e obrigações, pois “*não há direitos sem responsabilidades*” e “*não há autoridade sem democracia*” (2005, p. 75). Tal democracia fundamenta-se nos valores da igualdade, proteção aos vulneráveis, liberdade como autonomia, pluralismo cosmopolita e conservadorismo filosófico. Na sua efetivação a ação programática da Terceira Via engloba: “um centro radical, o novo Estado democrático – o Estado sem inimigos –, sociedade civil ativa, a família democrática, a nova economia mista, igualdade como inclusão, *welfare* positivo, o Estado do investimento social, a nação cosmopolita e a democracia cosmopolita” (ID., IBID., p. 80).

O programa em pauta – que parece não destoar da noção de democracia poliárquica e deliberativa – revela um conjunto de conceitos que objetivam claramente relativizar tudo e esvaziar politicamente o conceito de Estado, de nação, de democracia, de participação, de sociedade civil, dentre outros. Nesta perspectiva, o Estado tem o papel de promover a descentralização, leia-se desconcentração, de obrigações para a sociedade civil; democratizar a democracia, isto é, desvincular a democracia das instituições governamentais; renovar a esfera pública, que não significa mais ser estatal e gratuita; e realizar uma reforma administrativa com foco na eficiência, introduzindo um mecanismo de democracia direta em que o governo participa como gestor dos riscos advindos do processo. Dessa forma, a chamada renovação da sociedade civil subentende: “o governo e sociedade civil em parceria; renovação comunitária através do aproveitamento da iniciativa local; envolvimento do terceiro setor, as associações voluntárias; proteção da esfera pública local; prevenção do crime baseado na comunidade e a família democrática” (ID., IBID., p. 89).

A Terceira Via compreende que a cidadania está ligada à *política da vida*, na qual se fantasia que o ser humano decide sobre a vida independente das instituições, das formas de sua produção e reprodução. Trata-se da idéia de política gerativa que “[...] busca permitir aos indivíduos e grupos *fazerem as coisas acontecerem*, e não esperarem que as coisas lhes aconteçam, no contexto de preocupações e objetivos sociais totais”

(GIDDENS, 1996, p. 23).

Nessa lógica, também a compreensão de democracia é ressignificada e passa a chamar-se *democracia dialógica*, na qual é rechaçado o entendimento da existência da disputa pelo poder no âmbito do Estado, em seu sentido geral, e dos espaços sociais específicos, tendo em vista os interesses diversos. A democracia ocorreria – como se possível fosse – fora da arena do Estado e descolada da sociedade civil organizada, na “[...] área da vida pessoal – relações entre pais e filhos, relações sexuais, relações de amizade – [...]” (GIDDENS, 1996, p. 23). O espaço em que se dá o processo de democratização não é mais o partido político, mas os grupos de auto-ajuda e os movimentos sociais como os feministas, ecológicos, dentre outros.

Nas duas últimas décadas, nos países em desenvolvimento – caso do Brasil – o neoliberalismo vem se desenvolvendo através da perspectiva da Terceira Via, que representa “a retomada ‘envernizada’ do projeto burguês a qual mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação aos elementos centrais do reformismo social-democrata” (LIMA & MARTINS, 2005, p. 43). Esse ideário, apesar de realizar a crítica às teses neoliberais de desregulamentação do mercado e de participação do Estado, traz em sua estrutura a preservação dos ideais neoliberais.

Ao negar a centralidade de elementos da modernidade como as classes sociais e o trabalho, o neoliberalismo de Terceira Via propõe que o Estado<sup>6</sup> promova a formação de uma nova cultura cívica por meio da renovação organizativa da sociedade civil, visando à coesão social, o empreendedorismo social e à ação voluntária dos indivíduos. Ocorre, nesse cenário, a expansão da denominada economia mista, pautada pelo equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação, entre o aspecto econômico e o não econômico na vida da sociedade (ANTUNES, 2001).

Explicita-se, assim, a prática política de ajustamento da sociedade civil e política aos imperativos do capitalismo, o que denota seu caráter instrumental e seu comprometimento com o projeto burguês de sociabilidade na formação de uma nova pedagogia da hegemonia, frente às necessidades e exigências do mercado. A perspectiva neoliberal da Terceira Via fragmenta e decompõe a realidade social em três esferas autônomas entre si. Ou seja, as organizações sociais da sociedade civil são apresentadas como um novo segmento que toma corpo, um terceiro setor, que se coloca como *parceiro* do Estado, primeiro setor, e do mercado, tido como segundo setor.

A democracia substantiva tende a se efetivar com a ampliação da esfera pública, mas o que se vê, na realidade, é o avanço do privado sobre o público, efetivado por meio de uma lógica de mercado quase unidimensional que impõe regulação e controle articulado à inclusão das minorias sociais. Nesse sentido, é promissora a preocupação de Wood (2006) de pensar e praticar a democracia articulando organicamente a esfera política e a esfera econômica. Sendo assim, a democracia em um determinado país – incluindo as suas instituições sociais públicas, como as educacionais – deve ter como perspectiva uma formação que conjugue os direitos civis e políticos com a igualdade de condições, o que certamente não se efetivará nos limites da democracia poliárquica e

---

<sup>6</sup> A crise capitalista em andamento na atualidade parece ter jogado água fria no receituário neoliberal de que o mercado seria o regulador natural da sociedade. Para contornar a crise capitalista – o Estado vem intervindo fortemente na economia. “O Estado – em razão do seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para o seu funcionamento ininterrupto.” (MÉSZÁROS, 2006, 124-125). O Estado – que não está acima do capitalismo, mas é parte constitutiva e constituinte deste – em qualquer concepção, é uma das mediações de segunda ordem da maior importância no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, pois o mesmo funciona como um corretivo dos desajustes que dificultam a reprodução do capital, e, ao mesmo tempo, como mediador/impulsionador do seu desenvolvimento.



deliberativa, fundadas na dimensão dos procedimentos e não na dimensão da substância, ou seja, na democracia como finalidade emancipatória, provedora e garantidora da igualdade de condições para todos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho* –ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

AUDARD, Catherine. *Cidadania e democracia deliberativa*. Trad.: Walter Valdevino. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Debate sobre a crítica de Marilena Chauí à imprensa. In: Programa Observatório da Imprensa na TV** nº 349, 18/10/2005. Acesso: 05/03/2009. Disp: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>> .

COSTA, Sérgio. A democracia e a dinâmica da esfera pública. *Lua Nova – Revista de Cultura Política*, nº 36, São Paulo, 1995, p. 55-65.

DAHL, Robert. *Democracia*. Trad.: Tereza Braga. Lisboa: Tilgráfica – Sociedade Gráfica SA, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Unesp, 1996.

\_\_\_\_\_. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5. ed. São Paulo: Record, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova – Revista de Cultura Política*, nº 36, São Paulo, 1995, p. 55-65.

LIMA, Kátia Regina de Souza. MARTINS, André Silva. *Pressupostos, princípios e estratégias*. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar para o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

MARX, Karl. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. 6.ed. RJ: Paz e Terra, 1997.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad.: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.